



Importância das Creches para as Famílias e Sociedade

SOUSA, Delma Vital de
Faculdade Laboro, DF

RESUMO

Este artigo discute aspectos relacionados à construção do entendimento da história da Educação Infantil nas creches, buscando esclarecer as transformações sofridas por estas instituições e a sua influência na educação das crianças. Enfatiza ainda, como e por qual motivo a creche surgiu. As discussões, pesquisas e reflexões sobre o tema são elementos de extrema importância, pois proporcionam um melhor entendimento sobre o funcionamento das creches e favorecem a utilização de métodos mais eficazes para serem trabalhados na educação infantil dentro destas instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Creche. Educação. Família. Sociedade.

As primeiras instituições surgiram no século XIX na Europa, após a Revolução Industrial, logo ocorreram mudanças na sociedade, houve uma expansão da urbanização e o sistema capitalista estava se consolidando com o processo de industrialização, ao passo que no Brasil, as creches surgiram no início do século XX.

Precedidas pela estruturação do capitalismo, a crescente urbanização e a necessidade de reprodução da força de trabalho composta por seres capazes, nutridos, higiênicos e sem doenças. As creches foram criadas por associações ou organizações sociais, religiosas ou filantrópicas, com o objetivo explícito, o atendimento aos filhos das trabalhadoras.

Contudo, a omissão do Estado em assumir a responsabilidade pela criação e manutenção das creches fez com que essas instituições sofressem discriminação e, sobretudo, fez com que a creche ficasse durante anos envolta em um conceito assistencialista, o que impossibilitou a construção de uma identidade definida e bem estabelecida não somente para a instituição, mas também para seus funcionários.

Estimuladas pela falta de fiscalização, bem como pela grande demanda de famílias que procuravam locais para deixar seus filhos enquanto trabalhavam, proliferaram-se inúmeras instituições sem as mínimas condições, mesmo de higiene para atender às crianças, filhos de operários. Assim, as creches passam a ser conhecidas apenas por absorver as funções de guarda de crianças e, portanto, não são consideradas



dignas de atenção por parte do governo, que se nega a fiscalizar estabelecimentos mantidos pela caridade ou por indivíduos dispostos a explorar comercialmente tais serviços.

Em meio ao quadro histórico descrito, pelo menos até o final da década de 1930 a creche não é aceita como uma instituição válida para receber crianças durante o período de trabalho dos pais. A creche nem mesmo desfruta de uma função plenamente definida, pois, apesar de ser considerada como um mal necessário, proveniente de um desajustamento moral e econômico decorrente da industrialização e da urbanização, a creche é vista ora como substituto da família, ora como sua auxiliar. Assim, as primeiras creches não apresentam uma dimensão pedagógica no trabalho que desenvolvem, pois priorizam apenas os cuidados com a primeira infância.

Durante o governo de Getúlio Vargas, especificamente durante o período conhecido como Estado Novo (1937-1945), o Estado assume oficialmente as responsabilidades na esfera do atendimento infantil, sendo criado o Ministério da Educação e Saúde. A rede pública de creches no Estado de São Paulo aparece ligada ao Serviço de Assistência Social, serviço estruturado a partir de 1950 para organizar as doações feitas a indivíduos carentes e a entidades filantrópicas. Nesse período, tanto nos Estados quanto nos municípios, entidades filantrópicas recebiam auxílio governamental para manter suas obras assistenciais. Porém, não havia um compromisso por parte do poder público estadual em criar e manter entidades que atendessem às crianças provenientes de camadas populares.

A Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças significativas em relação à compreensão do que é e do que deve contemplar o atendimento educacional oferecido às crianças de zero a seis anos. Nesta faixa etária, embora a matrícula não seja obrigatória, essas crianças têm direito à educação e não deixa dúvidas de que é dever do Estado propiciá-la.

Enquanto as constituições anteriores viam o atendimento à infância somente na condição assistencialista, de amparo à infância pobre, necessitada, a nova Constituição nomeia formas de garantir não somente esse amparo, mas também a educação da criança. Ao subordinar o atendimento em creches e pré-escolas à área da educação, a Constituição de 1988 dá o primeiro passo rumo à superação do caráter assistencialista que até então predominava nos programas de atendimento à infância.



Segundo Rizzo a creche é vista como um ambiente que deve oferecer condições que proporcionem e estimulem o desenvolvimento integral e harmonioso da criança saudável nos seus primeiros anos de vida, respondendo pelos cuidados integrais da criança na ausência da sua família. Ainda para Rizzo, a creche tem a função de complementar os cuidados da família, da sociedade e não de substituí-los. (RIZZO, 2003).

Apesar das conquistas em termos de direitos da infância, legalmente reconhecidos, interpretações equivocadas acabam por prejudicar a efetivação desses direitos assegurados por lei. Assim, faz-se necessária a mobilização de grupos e movimentos dispostos a defender uma Educação Infantil de qualidade, além das pesquisas e divulgação de resultados, sobretudo nos cursos de formação de professores, haja visto que, passados mais de três décadas da promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação da infância ainda não conquistou o reconhecimento governamental de sua real importância, tampouco obteve os investimentos necessários para a efetiva realização de um trabalho de qualidade.

¹ Trabalho apresentado para a disciplina de Produção e Inovação Científica da Faculdade Laboro realizada no dia 20 de junho de 2022

² Aluna da pós-graduação do curso de Políticas Públicas e Gestão Pública / e-mail: dvitaldesousa0@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora da Faculdade Laboro. Mestra em Comunicação. e-mail: professorabruna.almeida@gmail.com

REFERÊNCIAS

BONDIOLI, Anna. O Projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

RIZZO, Gilda. Organização, Currículo, Montagem e Funcionamento. Ed. Bertrand, Rio de Janeiro, 2002.

FARIA, A. L. G. de. Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da educação infantil. São Paulo: Cortez, 1999.

BONDIOLI, A.; MANTOVANI, S. Manual de Educação Infantil de 0 a 3 anos. 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988

ADORNI, D.S. Da Educação Infantil ao Ensino Fundamental: o desempenho da criança na aquisição da leitura e da escrita e as práticas educativas nestes dois níveis do ensino básico.



Araraquara, 2001. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

<https://efdeportes.com/efd192/a-historia-da-educacao-infantil-no-brasil.htm>. Acesso em: 8 JUN 2022

http://www.fauf.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/iG3tNqxOCLnBRLr_2013-6-28-12-6-20.pdf. Acesso em: 10 JUN 2022

<https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/9/18052011155146.pdf>. Acesso em: 11 JUN 2022

<https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc1-7.pdf>. Acesso em: 11 JUN 2022

<file:///C:/Users/DigoTec/Downloads/10940-Texto%20do%20artigo-35474-1-10-20171020.pdf>. Acesso em: 13 JUN 2022

<https://www.melhorescola.com.br/artigos/trajetoria-da-educacao-infantil-no-brasil-e-a-sua-importancia-na-formacao-do-individuo>. Acesso em: 13 JUN 2022

<https://cursos.escolaeducacao.com.br/artigo/historia-da-educacao-infantil-e-das-creches-no-brasil>. Acesso em: 15 JUN 2022